

## **Desenvolvimento e pensamento pós-colonial/decolonial: revendo conceitos e práxis<sup>1</sup>**

Rosane Maria Albino Steinbrenner<sup>2</sup>  
Universidade Federal do Pará, Belém, Pará  
Edna Maria Ramos de Castro<sup>3</sup>  
Universidade Federal do Pará

### **RESUMO**

Propomos neste artigo, numa perspectiva de ensaio, uma revisão crítica da noção de desenvolvimento e, conseqüentemente do campo da práxis da Comunicação para o Desenvolvimento em sua visão dominante, a partir do pensamento pós-colonial/decolonial (WALLERSTEIN, QUIJANO, MIGNOLO, SPIVAK, SANTOS, SOUZA), em diálogo com a Ecologia Política (GUDYNAS, ESCOBAR, CASTRO, SVAMPA) para a compreensão dos processos neo-desenvolvimentistas e neo-extrativistas que se dão em regiões já chamadas subdesenvolvidas ou de Terceiro Mundo que permanecem subalternizadas e colonizadas pelas dinâmicas capitalistas globais. Para isso, propomos como ilustração ao debate as falas da presidente da Associação Pariri do Povo Munduruku, Alessandra Korap e de Crisanto Rudzõ Tseremey Wa, presidente da Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso, entre outros depoentes convidados presentes à reunião do dia 24 de abril de 2018, na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara Federal, que tinha como tema a construção da Ferrovia EF-170, conhecida como Ferrogrão, mais uma obra de alto impacto na região amazônica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desenvolvimento, pensamento pós-colonial/decolonial, Ferrogrão, narrativas, povos indígenas.

### **INTRODUÇÃO**

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local, no XVIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Jornalista, pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFPA); doutora em Desenvolvimento do Trópico Úmido (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA); docente da Faculdade de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM) da Universidade Federal do Pará – UFPA. Email: [nani.steinbrenner@gmail.com](mailto:nani.steinbrenner@gmail.com)

<sup>3</sup> Socióloga, Pós-Doutorado pelo Centre National de la Recherche Scientifique, CNRS, França. Professora Titular da Universidade Federal do Pará, atuando no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/NAEA/UFPA e no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFPA. Email: [edna.mrcastro@gmail.com](mailto:edna.mrcastro@gmail.com)

---

Propomos neste artigo uma revisão crítica da noção de desenvolvimento e, portanto também, em sua visão dominante, do campo da práxis da Comunicação para o Desenvolvimento, a partir do pensamento pós-colonial/decolonial (WALLERSTEIN, QUIJANO, MIGNOLO, SPIVAK, SANTOS, SOUZA), em diálogo com a Ecologia Política (GUDYNAS, ESCOBAR, CASTRO, SVAMPA) para a compreensão dos processos neo-desenvolvimentistas e neo-extrativistas que se dão em regiões já chamadas subdesenvolvidas ou de Terceiro Mundo que permanecem subalternizadas e colonizadas pelas dinâmicas capitalistas globais. Para isso, propomos como ilustração ao debate as falas da presidente da Associação Pariri do Povo Munduruku, Alessandra Korap e de Crisanto Rudzõ Tseremey Wa, presidente da Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso, entre outros depoentes convidados presentes à reunião do dia 24 de abril de 2018 da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara Federal, que tinha como tema a construção da Ferrogrão, ou Ferrovia da Soja, mais uma obra de alto impacto na região amazônica.

Este artigo com viés de ensaio, poderia, na verdade, ter como título uma indagação incômoda e necessária: “Comunicação para o desenvolvimento de quem, *pariwat*?” Na língua dos Munduruku<sup>4</sup>, um dos 254 povos nativos ou originários ainda existentes hoje no território brasileiro, o termo *pariwat* é usado para designar o não-índio, porém claramente, pela história passada e presente, pode indicar o *inimigo*<sup>5</sup>. No dia 24 de abril de 2018, na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara Federal, a índia Alessandra Korak, presidente da Associação Pariri do Povo Mundurucu, por diversas vezes utilizou o termo “pariuate” (como transcrito nas Notas Taquigráficas da reunião<sup>6</sup>) para denunciar o autor de novas ameaças de uma mesma lógica historicamente antagônica ao território dos povos indígenas, à natureza e ao seu modo de vida:

Nós não vamos mais aceitar que, mais uma vez, vocês, *pariuates*, venham com esses projetos pensados por vocês e que querem impor para o nosso povo, sem serem discutidos, sem nos consultar e sem considerar os impactos no nosso modo de vida, em nossos territórios, nossos lugares sagrados e de nossos parentes. Nossa floresta grita — o

---

<sup>4</sup> O Munduruku é o povo mais numeroso da região do sul do estado do Pará, atualmente são 13.755 indivíduos. Conhecidos por sua tradição guerreira, os Munduruku lutam hoje para garantir a integridade de seu território, ameaçado pelas pressões das atividades ilegais dos garimpos de ouro, pelos projetos hidrelétricos e de hidrovia no Tapajós (ISA, 2014) e da ferrovia da soja.

<sup>5</sup> O termo *pariuate-ran* (*inimigo-cinta*) faz referência a um ritual ancestral Munduruku por vitória nas guerras travadas com povos vizinhos (SANTOS et al, 2007).

---

pajé também, que ele está precisando de ajuda —, mas vocês, *pariuates*, não sabem o que é isso. Vocês só querem destruir para construir empreendimento, que acaba com a floresta, e expandir o agronegócio na nossa região, acabando com a nossa árvore e com a nossa biodiversidade, para colocar no lugar milhares de quilômetros de soja. Nós não vamos deixar isso acontecer. Nós, mulheres, nos reunimos no segundo encontro da aldeia Sawre Muybu, nós estamos vendo que os *pariuates* estão destruindo os nossos rios, nossa floresta. E nós nos preocupamos com os nossos filhos. Nós vamos lutar junto com os nossos guerreiros contra a hidrelétrica, contra a ferrovia, contra tudo que vier em nome da destruição (CÂMARA dos DEPUTADOS, Notas Taquigráficas, Reunião 190/2018)

O que estava em debate na reunião do dia 24 de abril na Câmara dos Deputados era o projeto da construção da ferrovia longitudinal EF-170, também conhecida como Ferrogrão, um investimento estimado em 12,5 bilhões de reais, 70% dos quais a ser financiado pelo BNDES, com concessão de 65 anos, para escoar a produção de grãos do Mato Grosso para exportação. Correndo ao lado da BR 163, com cerca de 1.150 km de extensão, deve ligar Lucas do Rio Verde (MT) a Miritituba (PA), atravessando 19 municípios (14 no Mato Grosso e 5 no Pará), numa região com diversas unidades de conservação, áreas de quilombos e ao menos duas dezenas de terras indígenas. Um projeto iniciado em 2012, quando o governo lançou o Programa de Investimento em Logística (PIL) no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento/PAC 2 – Ferrovias. Na ocasião o traçado do projeto da ferrovia tinha outro percurso, um pouco menor (1.065 km) e transversal, ligando Lucas do Rio Verde à Campinorte, Goiás. O investimento previsto (8,4 bilhões de reais) e o prazo de concessão (35 anos) eram também menores.

Importante lembrar que o trajeto alterado, que leva à Miritituba - onde se encontra o recém ampliado terminal de transbordo da gigante Cargill<sup>7</sup>, na margem direita do Rio Tapajós, de onde segue de barcaças a soja transportada até o também recém ampliado terminal de exportação de grãos da Cargill em Santarém (Pará) – só foi possível com a desafetação da Reserva de Jamanxim<sup>8</sup> (ou seja, com a alteração dos

---

<sup>7</sup> A Cargill Inc., maior empresa do mundo de capital privado, com sede em Minnesota (EUA), está presente em 70 países, produz e comercializa globalmente produtos e serviços alimentícios, agrícolas, financeiros e industriais. No Brasil há 52 anos, atua em 17 estados e no Distrito Federal, transportando, comercializando e processando alimentos/commodities, com escritórios em 160 municípios. Segundo balanço comercial da empresa, a Cargill no Brasil cresceu 6% durante o último ano. Sua receita operacional líquida alcançou R\$ 35 bilhões e o lucro líquido fechou em meio bilhão de reais (Balanço Cargill, 2017).

<sup>8</sup> Apesar da decisão do Supremo Tribunal Federal, em abril deste ano, vetando a redução ou alteração de parques e reservas por Medida Provisória, a decisão não incluiu as decisões já tomadas anteriormente,

---

limites da reserva, numa das áreas de maior biodiversidade da região, incompatíveis com o novo trajeto pretendido para a ferrovia), o que aconteceu já no governo de Michel Temer, tendo como ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o ex-senador e ex-governador do Mato Grosso, Blairo Maggi<sup>9</sup>, já chamado “rei da soja” e maior produtor individual de soja do mundo<sup>10</sup>, conhecido também por suas iniciativas de flexibilização das regras de fiscalização e licenciamento ambiental<sup>11</sup>.

Nossa intensão não é aqui discutir o projeto da ferrovia em si, mas sim aproveitar de seu contexto e especialmente do episódio da reunião da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na Câmara Federal, para refletir sobre a lógica que a move e as forças objetivas e subjetivas que se impõem no jogo de forças e que se revelam no embate de narrativas entre alguns dos presentes à reunião em Brasília.

Trata-se de buscar compreensão numa perspectiva relacional, como estabelece Bourdieu (2005) em sua teoria dos campos sociais, onde o a posição num certo campo e o poder exercido no jogo social se referem a diferentes espécies de capital, sob a forma de capital simbólico. O “campo do desenvolvimento, como qualquer outro campo”, como explica Castro (2014, p.227), “é composto por agentes e instituições que funcionam com dinâmicas marcadas por escalas e mediações, por crenças, regras e saberes e têm autonomia relativa e especificidades que lhe são próprias”. A “observação

---

como foi o caso das MPs 756/2016 e 758/2018, nas quais o o governo de Michel Temer tentou reduzir UCs no sudoeste do Pará, na região Rio Jamanxim. Depois de muita pressão dos ambientalistas, a primeira foi vetada integralmente e a segunda, parcialmente, por Temer. O veto manteve a exclusão de um trecho do Parque Nacional do Jamanxim para acomodar o projeto de construção da Ferrogrão (<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/vitoria-do-meio-ambiente-stf-veta-reducao-de-parques-e-reservas-por-medida-provisoria>)

<sup>9</sup> Blairo Maggi foi denunciado pela Procuradoria Geral da República (PGR) (2/05/2018) por corrupção ativa, por compra e venda de vagas no Tribunal de Contas do Mato Grosso, quando governador do Estado, em 2009 (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/05/procuradoria-denuncia-blairo-maggi-sob-acusacao-de-corrupcao-ativa.shtml>). Ele também é investigado por corrupção e organização criminosa pelo Ministério Público Federal na chamada “Lava Jato Pantaneira” (<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/08/ministro-blairo-maggi-e-investigado-na-lava-jato-pantaneira.html>)

<sup>10</sup> Ver Estadão, 11 de abril de 2014 (<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral/familia-maggi-do-rei-da-soja-entra-na-lista-de-bilionarios-da-forbes,181831e>) e Olhar Direto, 15 de maio de 2014 ([http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Revista\\_Forbes\\_elege\\_familia\\_Maggi\\_como\\_7\\_mais\\_rica\\_do\\_Brasil&id=366172](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Revista_Forbes_elege_familia_Maggi_como_7_mais_rica_do_Brasil&id=366172)). Um detalhe de relevância: no topo da lista da Forbes do ranking de bilionários brasileiros, os irmãos Marinho, do grupo Globo de Comunicação.

<sup>11</sup> No início de 2016, ainda durante a comoção após o desastre em Mariana, da mineradora Samarco, que causou dezenas de mortes e ainda incalculáveis efeitos derrame, ambientais, sociais e econômicos, o então senador Blairo Maggi como relator da PEC nº 65, de 2012, votou pela aprovação da flexibilização e afrouxamento do licenciamento ambiental (<http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3499858&disposition=inline>).

rigorosa dos discursos e das práticas produzidas pelos agentes no campo” nos permitiria, portanto, avançar no desafio de “romper com a percepção comum do mundo social”.

Antes, no entanto, de acionar tais falas, é importante trazer um arcabouço teórico que, entendemos, nos ampara nas formulações da crítica à noção dominante de desenvolvimento – e conseqüentemente à comunicação operada para tal modelo de transformação social<sup>12</sup> - que vem não apenas aprofundando, mas propriamente construindo desigualdades e, portanto, conflitos, essencialmente nas áreas rurais onde em geral se dá a disputa desigual pela exploração da natureza, que sustenta como matriz a reprodução e acumulação do sistema de produção capitalista.

### **Desenvolvimento como invenção e crença contemporânea**

A noção contemporânea de desenvolvimento surge no final dos anos 40, mais precisamente no dia 20 de janeiro de 1949, na fala do presidente americano Harry Truman que, em seu discurso de posse, esboçou pela primeira vez um programa global de desenvolvimento, no qual cunhava o termo “subdesenvolvido” para designar áreas “atrasadas economicamente” (BANERJEE, 2003, p. 77).

De acordo com Rist (2002, p.88), as relações Norte/Sul, que até então eram fundamentalmente organizadas de acordo com a oposição colonizador/colonizado irão se dar sob uma nova dicotomia “desenvolvido/subdesenvolvido”, que viria estabelecer uma relação diferente entre os países – já não mais de luta por libertação e independência – mas de uma pretensa continuidade “essencial”, porém ilusória, de um desenvolvimento “possível”, desde que seguidos à risca os passos de um modelo de progresso conforme padrões de modernidade ocidental capitalista, especialmente orientados pelos Estados Unidos. Como diz Banerjee,

O Terceiro Mundo nasceu naquele momento – naquele dia, mais de dois bilhões de pessoas tornaram-se subdesenvolvidas porque, como Esteva (1992:7) argumenta, eles foram transportados para dentro de um espelho invertido da realidade dos outros: “um espelho que os apequenava e os enviava para o fim da linha, um espelho que definia sua identidade, que é aquela de uma maioria

---

<sup>12</sup> A Comunicação para o Desenvolvimento, conforme definido por Tauk Santos na Enciclopédia Intercom de Comunicação (2010), pode ser entendida como um processo comunicativo na perspectiva de construir mudanças para o desenvolvimento. A construção da mudança na perspectiva do desenvolvimento constitui, portanto, o cerne da comunicação rural, na medida em que a mudança é inerente à natureza e às práticas desse campo da comunicação.

---

heterogênea e diversa, simplesmente nos termos de uma maioria homogênea e limitada”(BANERJEE, 2003, p.77).

Como se viu no Brasil, muitos países pagam até hoje um alto preço por terem adotado as estratégias de desenvolvimento para o chamado Terceiro Mundo. Os efeitos, como explica o autor, foram o oposto do prometido: aumento das desigualdades, endividamento, exploração. As consequências mais severas atingiram as populações rurais, classificadas pelo modelo de conhecimento, racional e técnico, muitas vezes, como motivo do atraso, “vivendo de economias de ‘subsistência’, necessitando se ‘desenvolver’ para atingir padrões de vida ‘aceitáveis’”.

Isso teve uma enorme influência econômica e sociocultural sobre os povos indígenas e sobre agricultores ao redor do mundo: por exemplo, todos os recursos foram direcionados para produzir os produtos para o mercado e não mais os tradicionais. Os efeitos não desejados dessa forma de desenvolvimento realmente enfraqueceram as condições de sobrevivência e levaram ao subdesenvolvimento. (BANERJEE, 2003, p.78)

Desde o pós-guerra, o projeto de modernização foi adotado em inúmeros países por um Estado forte e interventor e em vários momentos, como no Brasil, em regimes autoritários. No final dos anos de 1970, já ficava claro para os planejadores que crescimento econômico não era sinônimo do desenvolvimento prometido, porém nem mesmo inflexões promissoras de novos paradigmas a partir dos anos 80/90, pelas próprias agências financiadoras, como a inclusão da noção de sustentabilidade ou de gênero no planejamento das transformações sociais, foram capazes de alterar a lógica economicista dominante sobre as dinâmicas de um desenvolvimento regido por interesses muitas vezes exógenos, desterritorializados, sem identidade regional ou local, de uma realidade globalizada num grande mercado transnacional.

### **Neoextrativismo e neodesenvolvimentismo entrelaçados: para entender Ferrogrão**

O extrativismo, como explica Gudynas (2016, p.26), é entendido como um tipo particular de apropriação de recursos naturais caracterizado por grandes volumes removidos e/ou alta intensidade, onde a metade ou mais são exportados como matérias primas, sem processamento industrial ou processamentos limitados (2016, p.26). Apesar do conceito ser comumente aplicado à extração de recursos minerais e do petróleo, ele também pode ser associado a atividades agrárias, florestais e de pesca

---

desde que atendendo as características da intensidade da extração e destino do produto para o mercado internacional (GUDYNAS, 2012).

A ideia do neoextrativismo corresponderia, segundo o autor, a uma reconfiguração do extrativismo, definido como um modelo de desenvolvimento focado no crescimento econômico e baseado na apropriação de recursos naturais, em redes produtivas pouco diversificadas e na inserção internacional subordinada. Seria, conforme Gudynas, uma versão contemporânea do desenvolvimentismo – modelo dinâmico de desenvolvimento, de inspiração keynesiana, centrado numa ação política ativa do Estado como regulador e orientador do desenvolvimento nacional (MOTA, 2001) - modelo que, independente do estilo e da vertente ideológica, tem sido a tônica dos governos no século XX na América Latina e no Brasil desde Vargas. Neste contexto, os setores extrativistas se manteriam como um pilar da “obsessão pelo crescimento” (ALTVATER, 2002 apud SANTOS e MILANEZ, 2014, p.4).

Se diante das demandas internacionais por matéria prima, o neoextrativismo mantém a inserção subordinada, internamente, o foco na extração de produtos primários enfraquece a economia nacional, na medida em que a simplifica. Internamente também, o neo-extrativismo, que se mantém como modelo econômico mesmo em governos tidos como progressistas (GUDYNAS, 2016; ZHOURI, BOLADOS e CASTRO, 2016), promove, direta ou indiretamente, estruturas conservadoras de poder político que o mantém e por ele são mantidas. Um claro exemplo é o crescimento da bancada ruralista no Congresso nacional que, aliadas a outras frentes conservadoras, forma a chamada bancada “BBB” (Boi, de ruralistas; Bília, de evangélicos neopentecostais e Bala, defensores do armamento da população civil) - responsáveis por perdas de direitos e ameaças de recuos no que diz respeito à temas ligados à diversidade e pluralismo de visões e modos de vida.

O caso das pressões aos territórios indígenas é uma evidência clara. Segundo matéria da Agência Pública<sup>13</sup>, na esteira do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, a coesão da Frente Parlamentar da Agricultura (FPA), “em que se enfileiram, juntos e misturados, 257 deputados da chamada bancada “BBB”, deu aos ruralistas um poder jamais alcançado na política nacional, “fortalecendo uma ofensiva contra

---

<sup>13</sup> Ver em <https://apublica.org/2018/04/bancada-bbb-domina-politica-indigenista-do-governo/>

---

índigenas e ambientalistas, cujas causas são consideradas por eles como entraves ao desenvolvimento e ao avanço do agronegócio” (PÚBLICA, 04/2018).

O projeto da ferrovia Ferrogrão se enquadra perfeitamente nessa perspectiva do modelo neoextrativista, tanto na configuração da atividade extrativa intensiva da monocultura da soja para exportação, no papel dos grupos de poder político mais conservadores e na ação protagonista do governo na articulação e promoção do empreendimento.

As falas dos representantes das populações indígenas, de ativistas e dos depoentes intencionais presentes na reunião da Comissão do MADS, evidenciam este cenário de intenso antagonismo, que pode ser explicado pela persistência de um modelo colonial, de preconceito e subalternização, que desconhece e exclui aqueles que não se enquadram no padrão de modernidade capitalista.

### **As colonialidades ainda insuperáveis: pensamento e crítica pós-colonial/decolonial**

A decolonialidade, na perspectiva do “giro decolonial”, designa o que pode ser considerado uma linhagem da crítica pós-colonial<sup>14</sup> ao modelo dominante de modernidade ocidental, porém uma crítica geográfica e historicamente localizada (BALLESTRIN, 2013), que considera, como entende Wallerstein (1998) a diversidade de Espaço-Tempo, a partir do continente latino-americano, de onde emana a partir dos anos de 1990 um movimento contra-hegemônico de resistência teórico e prático, político e epistemológico à lógica da modernidade/colonialidade, uma lógica que é responsável, desde o surgimento da América, pelo “progresso de poucos com graus indescritíveis de violência e miséria” (MIGLIEVITCH-RIBEIRO, 2016, p.4).

A matriz colonial do poder, estabelecida no século XVI e fortalecida no século XIX por uma ideia de conhecimento universal, tem justamente na raça e na identidade racial seu padrão global de classificação social (QUIJANO, 2002). Conforme Mignolo (2016), tal matriz eurocêntrica se configura em “uma estrutura complexa de níveis entrelaçados” que implica o controle de várias dimensões de poder – controle da

---

<sup>14</sup> A crítica pós-colonial se evidencia por um conjunto de contribuições teóricas oriundas principalmente dos estudos literários e culturais a partir dos anos 1980 no cenário acadêmico euro-americano e que, em meio a diferentes perspectivas, compartilham de forma central da “proposta de uma epistemologia crítica às concepções dominantes de modernidade” e do “caráter discursivo do social”. Tal crítica pós-colonial terá lugar também no continente africano, com autores precursores como Memmi, Fanon e Cesaire, e também asiático, a partir dos Estudos Subalternos do Sul da Ásia, com expoentes como Spivak e Bhaba.



---

economia, da autoridade, da natureza e dos recursos naturais, do gênero e da sexualidade, da subjetividade e do conhecimento. Em verdade o conhecimento é o grande instrumento de dominação, a perpetuar visões de mundo e forjar mentalidades.

As colonialidades que permanecem atravessadas em nosso cotidiano, se reproduzem em uma tripla dimensão: como **colonialidade do poder** – por exemplo na configuração intensamente desigual e incongruente da representação política da sociedade brasileira, um congresso nacional onde menos de 10% dos parlamentares são mulheres e apenas 10% são negros; como **colonialidade do saber** - nas inúmeras vezes, por exemplo, em que se reafirma o conhecimento ocidental como universal, desconhecendo outros saberes, tradicionais, originários, como de igual relevância; e como **colonialidade do ser** – quando se classificam, inferiorizam e subalternizam o Outro, por exemplo, nas questões raciais ou de gênero, nas distinções e oportunidades, no respeito ou desrespeito, inclusão ou exclusão, por conceitos pré-concebidos.

Colonialidades diversas em ação, quando por exemplo, não se traduzem para as línguas indígenas, os documentos do projeto técnico da Ferrogrão, para que as comunidades indígenas possam estar bem informadas sobre um empreendimento que, caso avance, irá afetar direta e indiretamente, objetiva e subjetivamente, seus territórios.

No dia 24 de abril, no Plenário 4 das Comissões da Câmara Federal em Brasília, a discussão e forte reação dos representantes indígenas e ativistas recaiu justamente sobre a **ausência de consulta prévia às populações que serão atingidas pela ferrovia**. A consulta prévia é determinada pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário. A Convenção estabelece que ainda na fase de planejamento, muito antes do EIA/RIMA, seja levada em consideração a posição dos indígenas e das comunidades afetadas que não sejam indígenas, na tomada de decisão do Governo através do licenciamento. Consulta prévia, nesse sentido, é diferente de consulta pública. Todos os representantes institucionais presentes na reunião, no entanto, - Agência Nacional de transportes Terrestres – ANTT; empresa de consultoria e consórcio Estação da Luz Participações e IBAMA - com exceção do Ministério Público - desconsideraram a consulta prévia, evidenciando a desigualdade no acesso às informações e tomadas de decisão, clara marca das colonialidades impostas.

(...) Foram previstas inicialmente **três audiências públicas**: em Cuiabá, em Belém e em Brasília. **Posteriormente, pelo clamor da sociedade, foram incluídas mais três audiências: em Itaituba, em Novo**

---

**Progresso e em Sinop.** Essas audiências não chegaram a acontecer, por questões de segurança dos agentes, que foram ameaçados, mas, ainda assim, o Superintendente Alexandre chegou a ir a Itaituba com representantes do setor e realizou uma reunião. **A partir de agora, colhidas as contribuições da audiência pública, a Agência vai fazer um relatório e vai apresentá-lo à Diretoria da ANTT. O próximo passo, seja ele aprovado ou não, é encaminhá-lo às considerações do TCU.** (Fernando Augusto FORMIGA, Superintendente substituto da ANTT)

Há dois grandes demandadores concentrados de transporte no País, que são a mineração e o agronegócio, e eu achei que o agronegócio poderia arregaçar as mangas e trabalhar em cima da proposta que o Governo havia feito. **Por isso, convidamos as tradings de soja para que elas desenvolvessem, junto com a Estação da Luz Participações Ltda., um estudo que identificasse quais eram os melhores caminhos para o escoamento de grãos no País.**(...)Nós apresentamos **4 mil páginas de estudos e 630 plantas.** No estudo de engenharia, fizemos todo o levantamento possível de um projeto básico. (...)Há **dois volumes de 300 páginas mais ou menos dos relatórios do diagnóstico ambiental.** Pegamos uma área de 100 quilômetros de extensão da Ferrovia, de eixo a eixo, para fazer a avaliação dos impactos ambientais abrangendo todas as comunidades. Chegamos a 48 comunidades que deveriam ser avaliadas, entre territórios indígenas e unidades de conservação. (Guilherme QUINTELLA, representante Consórcio/consultoria ELP)

Quais são os próximos passos? Execução do EIA/RIMA pela EPL; entrega do EIA/RIMA ao IBAMA; check-list — quando esse estudo for entregue ao IBAMA, o Instituto realiza um check-list; audiências públicas — se tudo estiver o.k., o estudo é recepcionado e é aberto prazo para chamamento das audiências públicas; análise do estudo, depois de realizadas as audiências públicas; e manifestação do IBAMA sobre a viabilidade ambiental da Ferrovia, mediante emissão de parecer técnico. (Larissa Carlina Amorim dos Santos – representante IBAMA)

Prestava a atenção à palestra da diretora do IBAMA, que me antecedeu, mas quero dizer que faltou uma informação na sua exposição. Faço essa observação com o objetivo de contribuir para o debate. Onde está a consulta prévia no processo de licenciamento ambiental da Ferrogrão? A posição do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que é um tribunal de apelação desses empreendimentos que estão sendo conduzidos na Amazônia, é no sentido de que um empreendimento que afete os povos indígenas e comunidades tradicionais não pode prescindir de consulta prévia. É preciso haver consulta prévia. (...) Eu não vi isso acontecer até agora. Para nós do Ministério Público o processo está atropelado. (FELÍCIO de Araújo PONTES Júnior, Procurador Regional da República do Ministério Público Federal)

Na fala dos representantes das populações indígenas, a cobrança clara, franca e consciente de seus direitos, evidenciando, por sua vez, traços marcantes do olhar decolonial na disputa de narrativas.

---

**A gente tinha uma audiência em Itaituba, mas nós a cancelamos, porque nós somos guerreiros** e, quando mexem com a nossa terra, vamos lá, fechamos e pronto. **Eu vou ler a carta que nós fizemos:** “Nós, caciques, lideranças, pajé, guerreiros e guerreiras do povo Munduruku do Médio Tapajós, **exigimos que a Agência Nacional de Transporte —ANTT, consulte nosso povo Munduruku e todos os povos indígenas e ribeirinhos que vão ser impactados pela Ferrovia do Grão (Ferrogrão),** desde Sinop, no Mato Grosso, até Itaituba. Nós temos o direito de consulta prévia, livre e informada, como garante a Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho — OIT, do qual o Brasil é signatário, mas o Governo brasileiro insiste em não respeitar a própria legislação interna e internacional que criam e de que fazem parte. Saibam que nós vamos continuar lutando por nossos direitos até que eles sejam cumpridos. (ALESSANDRA KORAP MUNDURUKU – presidente Associação Pariri do Povo Munduruku)

**Em relação à consulta, outra questão é o fato de ela ser livre.** Mesmo nas audiências não têm sido respeitada essa liberdade das comunidades. Eu lembro as audiências públicas de Belo Monte em Belém, Altamira ou Vitória, em que havia mais agente da Força Nacional do que moradores do Xingu para falar — um minuto para cada pessoa! Que liberdade é essa?! Isso não é livre. **E, na questão de ser bem-informada, preocupa-me, e muito, que até hoje nenhum material desses grandes projetos, nem o mapa, nem o EIA/RIMA,** nenhum documento foi traduzido para a língua dos povos indígenas. **Cadê o material da Ferrogrão em munduruku,** para que os mundurukus tenham acesso e sejam bem informados? **Cadê o material na língua dos kaiabis, na língua dos kayapós, dos xavantes,** entre outros povos? (Marquinho Mota, FAOR)

Senhores presentes nesta audiência, **nós não somos empecilhos ao desenvolvimento nacional.** Queremos apenas discutir, para que o ambiente em que vivemos não sofra impacto. **Nós queremos participar do desenvolvimento nacional. Colocamos nosso conhecimento milenar nesse desenvolvimento.** Temos assistido a essa ganância do homem na busca de riqueza, na busca de lucro. Isso tem acabado com o nosso meio ambiente. Os nossos antepassados viviam sadios, sem doenças graves, e nós estamos à mercê da própria sorte. **A passagem da Ferrogrão não atingirá somente as terras indígenas. Atingirá, em sua integralidade, a vida das comunidades indígenas, dos ribeirinhos, daqueles povos que não sabem há quanto tempo vivem naquele chão onde a Ferrogrão vai passar.(...)**

Nós povos indígenas respeitamos essas leis escritas pelos não indígenas. **Para nós, a palavra é que vale.** O Congresso Nacional tem rasgado as próprias leis que escrevem para os diferentes segmentos da sociedade brasileira. Então, peço o mínimo de respeito aos povos indígenas. **Se há instrumentos legais, consultem.** (CRISANTO RUDZŌ TSEREMEY WA, presidente da Federação dos Povos e das Organizações Indígenas de Mato Grosso)

À guisa de (in)conclusão

---

As falas dos representantes das populações indígenas, de ativistas e dos depoentes intitucionais presentes na reunião da Comissão do MADS da Câmara Federal, evidenciam um embate de narrativas de intenso antagonismo. Um cenário desigual em torno de um projeto neoextrativista, que pode ser explicado pela persistência de um modelo de desenvolvimento no qual persiste a matriz de poder colonial, onde, pelos mecanismos históricos de classificação e hierarquização, se desconhece e exclui (do planejamento) quem não se enquadra no padrão de modernidade capitalista.

No dia seguinte à reunião sobre a Ferrogrão em Brasília, dia 25 de abril, uma quarta-feira, os meios de comunicação tradicionais, a chamada grande imprensa brasileira, não noticiou as falas de Alessandra, Crisanto ou Marquinho, com suas denúncias de um novo descaso às portas de nova ameaça de uma obra desenvolvimentista ou neoextrativista de alto impacto na região amazônica. Também não publicou a defesa importante do MP ou a dissimulação dos outros atores institucionais (IBAMA, ANTT e o consórcio ELP). Na verdade, a comunicação que se pratica na atualidade, seja na imprensa ou nos meios alternativos, com seus formatos cada vez mais compactados, permite pouca contextualização e portanto, escassa análise e pouca crítica. O silêncio só foi quebrado pelas imagens no Youtube (<https://www.youtube.com/watch?v=qD1S7pIgm7Y>) da guerreira e liderança de seu povo, Alessandra Korap Munduruku indicando claramente brechas emergentes de comunicação com vocabulário de resistência.

Temos convicção de que a discussão inicial e a ilustração que aqui propusemos como reflexão sobre o campo do desenvolvimento apenas nos instiga a aprofundar o recorte, ampliar a temática e persistir na crítica, afinal como testemunha o cacique CRISANTO RUDZÕ TSEREMEY WA, aprendizado (ou sabedoria), assim como os conflitos, tem forja longa.

Não estou aqui para reclamar, para apelar. Não estou aqui para pedir que nos olhem como coitadinhos. **Nós temos 518 anos não de descobrimento do Brasil ou do continente, mas de invasão.** Quando aqueles povos encostaram as 13 caravelas, meus patrícios guaranis aceitaram de forma amigável, e nós sofremos até hoje.

CRISANTO RUDZÕ TSEREMEY WA

## REFERÊNCIAS

BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 11. Brasília, maio-agosto de 2013, pp 89-117.

BANERJEE, Subhabrata B. - Quem sustenta o desenvolvimento de quem? O desenvolvimento sustentável e a reinvenção da natureza, in: Fernandes, M. e Guerra, L. (Orgs.). **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**. Belém, UNAMAZ, 2003, p.77-128.

BOURDIEU, Pierre - **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Notas Taquigráficas. Reunião 190/2018. Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. **Debate sobre o tema Ferrogrão: dilemas e desafios para a sustentabilidade de uma grande obra de infraestrutura na Amazônia**. 24/04/2018. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cmads/seminarios-e-outros-eventos/eventos-2018/24-04-2018-ferrograo-dilemas-e-desafios-para-a-sustentabilidade-de-uma-grande-obra-de-infraestrutura-na-amazonia/notas-taquigraficas/notas-taquigraficas-parte-2/view> Acessado em: 02.mai.2018.

CASTRO, Edna - Campo do desenvolvimento, racionalidade, ciência e poder. In: FERNANDES, Ana Cristina; LACERDA, Norma; PONTUAL, Virgínia. - **Desenvolvimento, planejamento e governança: o debate contemporâneo**. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2015,p. 225-246.

ESCOBAR, Arturo. Development. In: ESCOBAR, Arturo. **Territories of difference: place, , Movements, Life, Redes**. Duke, 2008.

GUDYNAS, Eduardo - **La ecología política del progresismo sudamericano: los límites del progreso y la renovación verde de la izquierda**. Sin Permiso, No 8, diciembre 2010, Barcelona, 2010. Pp.147-167. Disponível em: <http://www.gudynas.com/publicaciones/articulos/GudynasEcolPoliticaProgresismoSP10.pdf> Acessado em : 12 mai.2018.

\_\_\_\_\_. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. In CAAP & CLAES (Eds.), **Extractivismo, política y sociedad**. Quito: Centro Andino de Acción Popular; Centro Latino Americano de Ecología Social, 2009, pp. 187-225.

\_\_\_\_\_. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. In P. Léna & E. Pinheiro do Nascimento (Eds.), **Enfrentando os limites do crescimento. Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro: Garamond; IRD. 2012, pp. 303-318.

ISA. Instituto Socioambiental. Povo Munduruku. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Munduruku> Acessado em: 15 de jul. 2018.

MOTA, Carlos Renato. As principais teorias e práticas do desenvolvimento. In: Marcel Bursztyn (org.). **A Difícil Sustentabilidade. Política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond. 2001. Pp. 27-40

MUNCK, Ronaldo - **La teoría crítica del desarrollo: resultados y prospectiva.Migración y desarrollo**. versión impresa vol.8 no.14 Zacatecas ene. 2010.

MIGNOLO, Walter - Desobediência epistemológica. A opção descolonial e o significado de identidade em política. Cadernos de Letras da UFF – **Dossiê: Literatura, língua e identidade**, No 34, p. 287-324, 2008.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Coord.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2015. Disponível em:  
[http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sursur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sursur/20100624103322/12_Quijano.pdf).

RIST, Gilbert, 2008. **Le développement . Histoire d’une croyance occidentale**. Paris, Presses de Sciences Po, 2001 [cap. 4 e 5]

SANTOS, Boaventura de Sousa – **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 63, out. 202. P. 237-280

SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos; MILANEZ, Bruno. **Neoextrativismo no Brasil? Atualizando a análise da proposta do novo marco legal da Mineração**. Conference paper. Disponível em  
[https://www.researchgate.net/publication/274638499\\_Neoextrativismo\\_no\\_Brasil\\_Atualizando\\_a\\_analise\\_da\\_proposta\\_do\\_novo\\_marco\\_legal\\_da\\_mineracao?enrichId=rgreq-af87a992f45dbc6049eefac9423f80a3-XXX&enrichSource=Y292ZXJQYWdlOzI3NDYzODQ5OTtBUzoyMTU3MjI0ODQ2MDQ5MjhAMTQyODQ0MzY1NjE5MA%3D%3D&el=1\\_x\\_2&\\_esc=publicationCoverPdf](https://www.researchgate.net/publication/274638499_Neoextrativismo_no_Brasil_Atualizando_a_analise_da_proposta_do_novo_marco_legal_da_mineracao?enrichId=rgreq-af87a992f45dbc6049eefac9423f80a3-XXX&enrichSource=Y292ZXJQYWdlOzI3NDYzODQ5OTtBUzoyMTU3MjI0ODQ2MDQ5MjhAMTQyODQ0MzY1NjE5MA%3D%3D&el=1_x_2&_esc=publicationCoverPdf) Acessado em: 7 jun.2018.

SANTOS, S.F.; SALLES, A.D.; MENDONÇA DE SOUZA, S.M.F.; NASCIMENTO, F.R. **Os Munduruku e as “cabeças-troféu”**. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 17: 365-380, 2007.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2003.

SPIVAK, Gayatri. Estudios de la subalternidad: desconstruyendo na historiografía. Mezzadra, Sandro et alli. **Estudios Postcoloniales. Ensayos Fundamentales**. Traficantes de Sueños, Madrid. 2008.

SVAMPA, Maristella - Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais. Um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas? In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam Lang; PEREIRA FILHO, Jorge (Orgs). **Descolonizar o imaginário. Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. Fundação Rosa Luxemburgo: Elefante Editora. Pp. 140-173. Disponível em:  
[https://rosaluxspba.org/wpcontent/uploads/2016/08/Descolonizar\\_o\\_Imaginario\\_web.pdf](https://rosaluxspba.org/wpcontent/uploads/2016/08/Descolonizar_o_Imaginario_web.pdf)  
Acessado em 22.04.2018.

WALLERSTEIN, Immanuel - **Impensar las ciencias sociales: Límites de los paradigmas decimonónicos**. Siglo XXI de España Editores, S.A,2004

ZOURHY, Andréa, BOLADOS, Paula, CASTRO, Edna. **Mineração na América do Sul, Neoextrativismo e Lutas Territoriais**. São Paulo: Annablume, 2016.